



Israel Pinheiro, numa de suas últimas aparições em público

No dia 21 de abril de 753 a.C. Romulo fundava, no monte Palatino, uma cidade que seria o marco de uma nova era no Mundo Pagão — a Roma dos Césares — o berço da Civilização Cristã.

Quis a Providência Divina que, no mesmo dia, 27 séculos mais tarde, uma plêiade de homens destemidos desse Brasília ao Brasil, cumprindo os designios eternos manifestados na Visão Profética de Dom Bosco: "Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá neste sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, de uma riqueza inimaginável".

Se é certo que o legado da Carta Constitucional de 91, determinando a interiorização da Capital do País, repetia-se através de nossas Constituições, não menos verdadeiro é que essa medida se impunha à nossa gente como uma necessidade inadiável, oriunda, quem sabe, da ambivalência em que nos habituáramos a viver: a sedução do Atlântico e o apelo do sertão.

O grito de alarma de Euclides da Cunha em "Os Sertões", mostrando o contraste entre a civilização do litoral e o completo abandono do homem brasileiro além da faixa privilegiada, encontrou ressonância na alma nacional. A transferência da sede do Governo para o Planalto Central seria o meio adequado e a providência ideal para estender o progresso a essas regiões do Brasil; progresso real e dinâmico, envolvendo o problema de aumento de densidade da população, de difusão cultural, de desenvolvimento econômico, de questões, enfim, atinentes à completa integração territorial do Brasil, no sentido de eliminar esse desnível entre a civilização do litoral e a do sertão, entre as condições de vida da orla marítima e as do interior.

Eis aí, sem dúvida, um relevante aspecto de ordem política, social e econômica ao qual não poderia ter sido indiferente a nossa geração.

Dois motivos fundamentais levaram Brasília ao Planalto Central: a tradição do sonho secular de uma capital no centro demográfico do País e o subdesenvolvimento da região escolhida.

Bastante impressionante a estatística da população brasileira por região: na orla marítima, compreendida entre o Ceará e o Rio Grande do Sul, a população era de cerca de 50 habitantes por quilômetro quadrado; de 64 habitantes no Estado do Rio de Janeiro; de 2.588 na cidade do Rio de Janeiro, quando a média na região Centro-Oeste do Brasil não chegava a 5 habitantes por quilômetro quadrado.

Confronte-se a enormidade dessa diferença: no antigo Distrito Federal, de 1.356 km<sup>2</sup>, concentravam-se 4.500.000 habitantes! Tinhamos, no litoral, todos os problemas das nações superpovoadas, enquanto possuíamos 70% do nosso território quase abandonados.

Foram criadas, assim, duas fronteiras em nosso País: a fronteira política, fixada pelos limites com outras nações sul-americanas, e a fronteira econômica, correspondente ao espaço de terra que realmente ocupamos, trabalhamos e fazemos produzir.

Nos limites da fronteira econômica, a Nação, política e socialmente, estava organizada. Dai em diante, em direção ao Oeste, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável; à espera de que nos dissessemos a ocupá-lo efetivamente.

Esse o erro que Brasília pretendia corrigir. Esse o sentido da obra monumental. Esse o mérito dos pioneiros que, com coragem e fé no empreendimento que então se iniciava, passaram por locais inteiramente desertos, abriram picadas e tomaram posse da terra há tanto tempo desejada.

Nada obstante a má vontade, a descrença e a indiferença dos derrotistas, os que são contra tudo e contra todos, os pessimistas que não têm confiança no Brasil, os que subestimam o interesse nacional ou o condicionam às próprias conveniências, a mudança da Capital estava de tal modo arraigada na opinião pública e tão bravamente defendida pelos 50 milhões de brasileiros do interior, que Brasília é uma realidade.

"Tentaram transformá-la em vítima expropriada de todos os males do passado; tentaram atirar sobre a iniciativa revolucio-

## Uma cidade que já nasceu revolucionária



"O espírito de Brasília é tudo o que há de contrário ao derrotismo sistemático".  
(Israel Pinheiro da Silva)



nária e salvadora de obedecer-se a um artigo da Constituição todo o desequilíbrio natural de uma Nação que cresce". Mas a verdade é que "Brasília é uma operação de largo vulto. Graças a ela o Brasil deixará de ser apenas um vasto País no mapa, para ser um País de fato".

Os homens que aceitaram a incumbência de dar corpo e forma à determinação contida em todas as Cartas Magnas inscritas na História do País, desde 1891, não tinham tempo para o debate estéril e as polémicas que os descrentes provocavam, visando anular, de início, o que se lhes afigurava um sonho impossível.

Os bandeirantes modernos trilharam o mesmo caminho dos que, duzentos anos antes, procuravam ouro e pedrarias. A luta agora era maior, pois não representava apenas a busca de pedras preciosas. O problema era de âmbito nacional. Procurava-se redimir o País, dando-lhe, social e economicamente, a mesma independência obtida em 1922 no terreno político. Eram homens que avançavam pelo interior, com o objetivo de beneficiar 50 milhões de brasileiros, integrando o Brasil em si mesmo e anulando as diferenças impostas pelo regionalismo, forçado pelas circunstâncias a um isolamento que deixava a Nação em perene estagnação.

"Brasília não foi uma improvisação, mas um resultado de um amadurecimento. Não foi apenas uma mudança de capital mas o anúncio de uma reforma". Não se visava unicamente a construção de uma cidade nem se batalhava apenas pela emancipação de uma região. Os oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de terra brasileira receberiam, por igual, os benefícios da interiorização da Capital. Este o OBJETIVO DA LUTA, subentendido no imperativo constitucional que determinava a mudança.

"Tornou-se imperativo, portanto, que cada soldado dessa primeira linha de batalha se armasse de bravura absoluta, se revestisse de desambição e se empolgasse do renovado espírito de pioneirismo que deu corpo e alma ao perfil lendário do Bandeirante: qualidades postivas de operosidade e de renúncia, capacidade realizadora, ânsia de progresso, fé nos destinos do Brasil, se apresentariam libertas das antigas restrições, em toda a sua plenitude, na arancada inicial. Era, sobretudo, necessário destruir, pelo exemplo e pela realização, o conformismo que acomodava a consciência nacional em morna solidão. Por isso, ao lidador da primeira hora de Brasília não foram permitidos o ócio, a pausa, a vacilação. Dai a dureza das obrigações, QUASE DESUMANAS, que todos sentiram, nos regimes de serviço e na exigência da rapidez e da perfeição da obra".

Brasília era, antes de tudo, uma necessidade. Urgia construí-la no menor prazo possível, para recuperar centenas de anos em que a civilização brasileira se concentrou somente na orla marítima, deixando à própria sorte o resto do seu imenso território.

Assim, a implantação da capital no interior do País, em pleno Planalto Central, com a sua rede de modernas estradas de rodagem em direção às várias Capitais estaduais, significa um decisivo impacto de progresso, um detonador de novos empreendimentos, que surgirão, proporcionalmente, ao redor da cidade, como se formam, na superfície d'água, círculos concêntricos do ponto em que um corpo se choca com o líquido.

Deve-se, negavelmente, a construção de Brasília à coragem e à firme determinação do presidente Juscelino Kubitschek.

A constituição da NOVACAP se deu a 24 de setembro de 1956 e a primeira diretoria, composta pelos Srs. Israel Pinheiro da Silva, Bernardo Sayão Carvalho Araújo, Ernesto Silva e Iris Meinberg, iniciou seus trabalhos imediatamente.

Brasília teria de ser uma cidade totalmente diferente. Não deveria ser apenas um colosso arquitetônico nem se resumir na construção e fundação de uma cidade no interior do País.

A cidade teria de se apresentar revolucionária não só sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, mas também em todos os seus sistemas: agrícola e educacional, médico-hospitalar, administrativo e social.

O plano de abastecimento, sustentado pelas Unidades Sócio-Econômicas Rurais, previra um anel de chácaras em torno dessas Unidades. Haveria um Centro de Abastecimento e supermercados distribuídos ordenadamente no setor residencial.

O plano administrativo, elaborado por João Carlos Vital, revolucionaria os métodos antiquados então em vigor em nosso País.

O plano educacional, ao lado de nova filosofia a ser implantada, se comporia de jardins de infância, escolas-classe, escolas-parque e centros de educação média, levando-se em conta a comodidade da população e a densidade populacional.

O plano médico-hospitalar objetivava dignificar a profissão médica, impedir a humilhação dos doentes em filas intermináveis, conceder ao paciente o direito de escolher o médico de sua preferência. Haveria Postos e Centros de Saúde, Hospitais Distritais e Hospital de Base, interligados harmonicamente, cada qual com função específica e destinados a atender grupos populacionais definidos. E bem assim uma Colônia Hospitalar (para doentes crônicos, doentes mentais, Central de Laboratório e Radiologia etc.).

No setor da Assistência Social, desejávamos que um Conselho de Bem-Estar Social centralizasse todas as atividades assistenciais da cidade.

"Durante mais de três longos anos, a preocupação dominante de todos, sem exceção, consistiu em dedicar um esforço sem limite, para entregar a cidade em condições de ser inaugurada a 21 de abril de 1960. Para atingir esse objetivo era imprescindível que trabalhássemos como se cada hora fosse a última hora concedida e a madrugada viesse iluminar o dia festivo da inauguração. Era necessário que abandonássemos os estilos normais de trabalho, para que as vigílias e as prorrogações de horários se tornassem o trivial do serviço. Era necessário que não fossem tomados em consideração o pó, a lama, o frio, a solidão, as intempéries, a fadiga e o desconforto. Não bastava que cada um desempenhasse bem os seus encargos regulamentares. Era condição de vitória que todos multiplicassem o esforço, para sair, no vencimento, o compromisso assumido com a Nação, levando, se preciso, seu entusiasmo pelo trabalho e sua identificação com a obra até o limite crucial do próprio sacrifício. Eramos verdadeiros escravos, MAS ESCRAVOS DE UM IDEAL".

Finalmente, a 21 de abril de 1960, foi inaugurada a Nova Capital do Brasil, que, desde então, resiste a toda a sorte de embates.

De qualquer forma, tenham querido ou não os inimigos de Brasília, ninguém pode negar que a nova cidade é o elemento catalisador da economia regional, propiciadora de elevado padrão de vida à população do interior, fulcro do desenvolvimento do País.

A Nova Capital Federal, pois, representando, com as cidades-satélites, um centro consumidor de mais de 1.500.000 (em 1985) pessoas, incrementará, no interior do País, a agricultura, a pecuária e toda a indústria de sustentação.

O desenvolvimento do País se intensificará através da incorporação efetiva dessas áreas à nossa economia e poderemos, então, com esta oportunidade, passar da monocultura à policultura, da economia local à economia nacional.

A Nova Capital abre novos horizontes à Pátria, desvenda as nossas inexploradas riquezas, integra o Brasil em si mesmo.

ERNESTO SILVA

## Desvio no curso do Alvorada

Os dois foram eleitos no mesmo dia 15 de janeiro. O primeiro, Tancredo Neves, foi escolhido para Presidente da República, o segundo, o garçom João Rosa, foi escolhido pelo primeiro para ser o mãe de residência oficial da Presidência da República, o Palácio da Alvorada. Hoje os dois vivem situações parecidas. Ambos estão internados, em estado grave, com problemas de infecção pulmonar que os obriga a viverem respirando através de equipamentos mecânicos.

As coincidências entre a situação do Presidente e do garçom João Rosa não param aí. Os dois se submeteram a intervenções cirúrgicas de emergência para curar de problemas de diverticulite — inflamação de divertículos. A diferença é que o Presidente teve a inflamação localizada no divertículo de Meckel — que fica no intestino delgado e o garçom foi acometido de inflamação generalizada nos vários divertículos existentes no seu intestino delgado. Embora o estado clínico do

garçom João Rosa não seja divulgado permanentemente por boletins médicos ele, como o Presidente, tem praticamente a sua disposição toda uma UTI, na Clínica Santa Luzia, onde está internado. Esse privilégio, que é circunstancial, se deve ao fato de no momento não existir pacientes graves internados na mesma Unidade.

Para compensar a ausência de boletins médicos a direção do hospital faz questão de que as informações sobre o paciente sejam transmitidas diretamente pelo médico responsável pelo caso, o doutor Plínio Caldeira Brant. Ele explicou que no caso do garçom ele foi acometido de uma hemorragia intestinal maciça, provocada pela inflamação dos divertículos que o paciente tinha no seu intestino.

Esse tipo de doença, segundo o médico, não pode ser controlada por tratamento clínico. Ele informou que o paciente ao chegar ao hospital já apresentava um quadro de hemorragia, que obrigou os médicos a adotarem procedimentos de emergência para conter a perda de sangue.

A cirurgia, no entanto, foi realizada dois dias depois, pois antes o garçom precisava recuperar o sangue perdido.

O doutor Plínio preferiu não falar das causas da diverticulite do garçom João Rosa. Segundo ele não "há um fator determinante" para que o quadro se configurasse. Mas uma das causas prováveis, revelou, pode ter sido a quebra de hábitos alimentares. A infecção que provocou a hemorragia no garçom surgiu exatamente no domingo de Páscoa pela manhã, três dias após ele ter saído de folga do Palácio do Planalto, onde trabalhou com vários presidentes.

Pela avaliação do doutor Plínio essa quebra de rotina, com a alteração dos alimentos e bebidas normalmente utilizados, pode ter provocado uma irritação no intestino do garçom tornando-o susceptível a contrair as bactérias normalmente existentes nos intestinos.

A convivência do garçom João Rosa com o poder data do

início da década de 60, quando ele costumava servir o presidente Juscelino Kubitschek e seus amigos na sede campestre do Clube do Congresso. De acordo com o depoimento de dona Neusa dos Santos Rosa, seu marido tinha uma verdadeira admiração por Juscelino que "foi um pai e uma mãe", segundo ela. Os primeiros contatos com o presidente Tancredo Neves foram feitos numa dessas reuniões com Kubitschek.

Depois de Juscelino o garçom João Rosa ficou sem lugar certo. Trabalhou em ministérios, foi requisitado para servir nas residências dos ministros e ultimamente estava à disposição do Palácio do Planalto. Quando Tancredo foi eleito ele teve a satisfação de ter seu nome escolhido entre o quadro de 60 garçons que trabalham no Planalto.

É certo que o privilégio da escolha provocou algumas irritações no velho João Rosa, hoje com 52 anos. As brincadeiras dos colegas o deixavam mal-humorado, lembra dona Neusa.

